



TRATADO DE PAZ E ALIANÇA

COLÉGIO NAVAL
VI SINAV

AL. NIKOLAS COSTA
RONALDO RAPOSO
AL. NASCIMENTO

O TRATADO DE ALIANÇA E PAZ ENTRE BRASIL E PORTUGAL
COMITÊ HISTÓRICO

ANGRA DOS REIS
2019

AL. NIKOLAS COSTA
RONALDO RAPOSO
AL. NASCIMENTO

O TRATADO DE ALIANÇA E PAZ ENTRE BRASIL E PORTUGAL
COMITÊ HISTÓRICO

Documento em formato de Guia de Estudos
para a 6ª Simulação Naval, acerca do tema
proposto para as discussões do Comitê
Histórico.

ANGRA DOS REIS
2019

RESUMO

O “Tratado de Aliança e Paz entre Brasil e Portugal”, enquanto comitê de modelo diplomático, tem o objetivo de recriar a esfera de 1825 e trazer as tensões para-diplomáticas que existiam naquele ano. Por tradição, o propósito dos comitês históricos da SiNav é justamente fazer com que os delegados percebam que a diplomacia é intrínseca à humanidade, retratando, assim, assuntos variados da história e dissociados de Organismos Internacionais. No caso do tema proposto, recriaremos a reunião cujo objetivo era trazer o melhor acordo para que os países envolvidos na conjuntura internacional reconhecessem o Brasil como nação independente, levando em conta suas ambições e políticas externas. Assim, agrupamos outras importantes nacionalidades da época a fim de que o debate seja mais rico e caloroso.

Palavras-chave: tratado, independência, Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da costa europeia sob ação do bloqueio continental de Napoleão.	10
Figura 2: Países que se tornaram independentes da Espanha no início do séc. XIX.	13
Figura 3: Vice-reinados do Império Espanhol:	16

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DOS DIRETORES.....	7
1.1 Al . Nikolas Costa.....	7
1.2 Ronaldo Raposo.....	7
1.3 Al. Nascimento.....	8
2. CARTA AOS DELEGADOS.....	8
3. INTRODUÇÃO.....	9
4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	10
4.1 A vinda da Família Real.....	10
4.2 Processo de Independência.....	12
4.3 Imperialismo na América Latina.....	16
4.4 Relações Internacionais no Primeiro Reinado.....	19
4.5 O Tratado.....	20
4.6 Considerações Finais.....	23
5. FUNCIONAMENTO DO COMITÊ.....	23
5.1 Lista de Representações.....	23
5.2 Recomendações.....	24
6. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES DIRETA E INDIRETAMENTE ENVOLVIDOS.....	25
6.1 D. Pedro I (<i>Primeiro Imperador do Brasil</i>).....	25
6.2 Bernadino Rivadavia (<i>Ministro de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata</i>)...26	
6.3 D. João VI (<i>Rei de Portugal e Algarves</i>).....	27
6.4 D. Fernando VII (<i>Rei da Espanha</i>).....	28
6.5 D. Jorge IV (<i>Rei da Grã-Bretanha</i>).....	29
6.6 James Monroe (<i>Presidente dos Estados Unidos da América</i>).....	30
6.7 Guadalupe Victoria (<i>Primeiro Presidente dos Estados Unidos Mexicanos</i>).....	31

6.8	Simón Bolívar (<i>Primeiro Presidente da Grã-Colômbia</i>).....	32
6.9	D. Luís XVIII (<i>Rei da França</i>).....	33
6.10	Francisco I (<i>Primeiro Imperador da Áustria</i>).....	35
6.11	Guilherme I (<i>Rei dos Países Baixos</i>).....	36
6.12	Alexandre I (<i>Imperador da Rússia</i>).....	36
6.13	Francisco I (<i>Rei das Duas Sicílias</i>).....	37
6.14	Carlos XIV João (<i>Rei da União Suécia-Noruega</i>).....	38
6.15	Frederico VI (<i>Rei da Dinamarca</i>).....	39
6.16	Frederico Guilherme III (<i>Rei da Prússia</i>).....	39
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. APRESENTAÇÃO DOS DIRETORES

1.1 Al . Nikolas Costa

Olá, pessoal! Meu nome é Nikolas Costa, e eu serei diretor-geral deste comitê.

Sou aluno do CN desde 2017, e foi a partir dessa data que eu despertei meu interesse pelas relações internacionais, através do Grêmio de Relações Internacionais do Colégio Naval (GRICN). Desde o meu início na vida das Relações Internacionais, eu tive o prazer de participar de 9 simulações, dentre elas estão a SiNUS, MundoCMPA e MundoCMM.

Já agradeço de antemão pela honra de poder reger um comitê tão especial como este. Ele não segue os padrões de um comitê comum da ONU, pelo fato de os delegados representarem os governantes (e não as nações, como a maior parte dos comitês) das maiores potências do início do século XIX, e por ser regido com um propósito de reformular um dos maiores marcos históricos brasileiros- apesar de não ser devidamente citado na maioria dos livros didáticos (o Tratado de 1825)-, que, no final das contas, acabou por se tornar a concretização da independência do Brasil.

Espero poder auxiliá-los ao máximo, a fim de os senhores delegados melhor interpretarem seus respectivos papéis dos governantes os quais lhes forem atribuídos, e, também, que todos possam se divertir bastante nesse período de debates. Tenho certeza de que será uma experiência inesquecível!

1.2 Ronaldo Raposo

Bom dia, Brasil, boa tarde Itália!

Meu nome é Ronaldo, tenho 18 anos e curso Relações Internacionais na PUC-Rio. Fui Aluno do Colégio Naval ano passado – logo vocês verão todos a me chamar de Sobrinho, meu antigo nome de guerra -, mesmo ano que despertei meu interesse pelas Simulações da ONU e entrei na Modelândia.

Já tive experiências incríveis pelas MUNs do Brasil, tanto como delegado quanto como diretor. Já nem sei mais ao certo quantos e quais, mas quero compartilhar tudo que aprendi nesse tempo com vocês. Este comitê vem sendo idealizado há algum tempo e vê-lo saindo do papel é pra mim uma grande alegria.

O comitê foi pensado com a finalidade de atender os delegados de primeira viagem e, ao mesmo tempo, “anciãos” dos Modelos Diplomáticos. Um comitê histórico é uma oportunidade incrível para aprender mais sobre História, Geografia, Geopolítica, Política Internacional e Cultura de Mundo. Este guia foi confeccionado a fim de que fique nenhuma dúvida e seja, concomitantemente, conciso. Assim, espero que gostem!

Estaremos juntos durante uma semana de intensos debates e adianto que muitas surpresas rolarão. Espero vê-los em breve!

1.3 Al. Nascimento

Olá, senhoras e senhores! Antes de tudo, gostaria de dizer o quanto eu me sinto honrado e lisonjeado por ter a oportunidade de participar da realização da VI SINAV.

Meu nome é André Nascimento, curso o 3º ano do Colégio Naval. Faço parte do Grêmio de Relações Internacionais, do qual tenho que confessar, “humildemente”, o fato de que esse grêmio é uma das melhores das atividades extraclasse desse Colégio.

Essa será mais uma simulação a ser adicionada ao meu currículo, que já conta com participações em simulações fazendo parte da AC (Agência de Comunicações) e cobrindo principalmente comitês visionários como o FUNSC (Futuristic United Nations Security Council). Outras participações como delegado de comitês futurísticos, e dos maravilhosos gabinetes de guerra, e agora como diretor desse comitê histórico que promete.

O Tratado do Rio de Janeiro em 1825 é um comitê especial, pois é bem diferente dos estilos de simulações das quais venho participando. Espero poder me surpreender positivamente, e deixar boas risadas e momentos inesquecíveis, além de fazer grandes amizades.

2. CARTA AOS DELEGADOS

*Querido delegado,
você entra agora numa imersão temporal.*

Este Histórico é baseado no Tratado de Aliança e Paz entre Brasil e Portugal, o qual culminou no firmamento do Brasil no cenário político e na anexação da dívida externa da nação.

Todavia, a reunião na qual os(as) senhores(as) se encontrarão dentro de alguns dias tem por base o encontro entre as Coroas Portuguesa, Brasileira e Britânica, participantes ativas do encontro.

A fim de tornar a experiência mais animadora, países e nações importantes do século XIX foram adicionados à lista de presentes na Conferência. Isso se deve ao fato de que a independência do Brasil não influenciou apenas internamente ou arredores. Seu impacto foi mundial, e o seu não acontecimento poderia trazer uma configuração global extremamente diferente da atual.

*Assim, ao longo das páginas subsequentes, **TODAS** as representações foram citadas, mesmo que o pano principal fosse a jornada do Brasil frente ao reconhecimento das nações.*

Dessa forma, cada delegado poderá ter uma ideia do que está em jogo para sua nação e as vantagens políticas, econômicas e sociais das decisões tomadas. Por isso, leia com atenção e busque traçar planos e estratégias que possam ser aplicadas diplomaticamente.

*Além disso, reconheça seus inimigos e aliados, e **INVISTA NO NOVO**. Não se prenda aos eventos posteriores a 1825, e busque exercer de fato o seu papel: Chefe de Estado na era moderna.*

3. INTRODUÇÃO

Apesar de pouco mais de quinhentos anos de existência, o Brasil possui uma história tão intensa quanto qualquer outra colônia latina. Após se terem longos períodos históricos (colonial, imperial e republicano), o país conta com inúmeros episódios extremamente relevantes, e até pouco conhecidos, para a construção da identidade nacional brasileira – como é o caso do Tratado de Aliança e Paz entre Brasil e Portugal, também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro ou Tratado de 1825.

Um país colonizado, ao decidir-se por independente, necessita do reconhecimento de nações amigas, a fim de se estabelecer no contexto diplomático internacional. O Brasil, da mesma maneira, ao ser elevado ao nível de Reino Unido –

equiparando-se ao país que o colonizou, Portugal –, iniciou uma saga com o objetivo de tornar-se reconhecido. O fato é que, apesar do famoso Dia do Fico, em janeiro de 1822, e posterior grito de “Independência ou Morte”, em setembro do mesmo ano, nossa nação precisava ainda resolver um último impasse: sua intensa ligação com a Corte Lisboaeta.

Devido a isso, apesar do reconhecimento do Brasil por parte dos Estados Unidos da América, em 1824, e por países como México, Argentina, França e Inglaterra, sua antiga metrópole recusou-se a legitimar tal ato, considerando-a ainda como parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o que culminou em uma importante reunião, intermediada pela então Rainha Vitória do Reino Unido da Grã-Bretanha, no ano seguinte, para que os antagonistas desse impasse chegassem finalmente a um acordo.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O início do século XIX é visto como um momento de plena efervescência de ideologias e de formação de Estados nacionais. Assim, cabe saber que as ações de um Estado no plano interno têm forte correspondência nas relações externas do país (PINTO, 2007, p. 119). Dessa forma, muitos consideram o período entre 1822 e 1828 o mais expressivo para as relações internacionais brasileiras, na medida em que a busca pela consolidação como país independente exigia laços com diversas importantes nações, a fim de ser reinserido no contexto internacional – desta vez sem intervenções metropolitanas.

4.1 A vinda da Família Real

Retroagindo um pouco na história, devem-se observar as questões que proporcionaram o motivo dessa reunião. Inicialmente, a vinda da família real marca o começo dessa nova fase para o Brasil – e para o mundo. A Inglaterra era, à época, a maior potência existente. Napoleão, ansioso por trazer esse título para França, institui o

Bloqueio Continental, proibindo os países europeus de comercializarem com Inglaterra a fim de sufocá-la economicamente.

Portugal, portanto, começou a sofrer pressões de ambos os lados: enquanto a França exigia que rompessem política e economicamente relações com a Inglaterra – através do fechamento de portos e expulsão de diplomatas –, a Inglaterra pressionava Portugal para manter o livre comércio e, por segurança, transferir a sede do reino para o Brasil, através de uma convenção secreta.

A questão é que os portugueses deveriam tomar as seguintes medidas em favor da Inglaterra para assim obter os benefícios por ela oferecidos: a entrega da esquadra portuguesa; a entrega da Ilha da Madeira; a concessão de um porto livre em território colonial brasileiro; e a assinatura de inúmeros tratados de comércio exclusivamente com os ingleses. Apesar de incertos, a assinatura do Tratado de Fontainebleau entre França e Espanha para invadir Portugal fez com que a Corte portuguesa acatasse a decisão. Assim, em 7 de março de 1808, pisava, em solo brasileiro, a Corte Real.

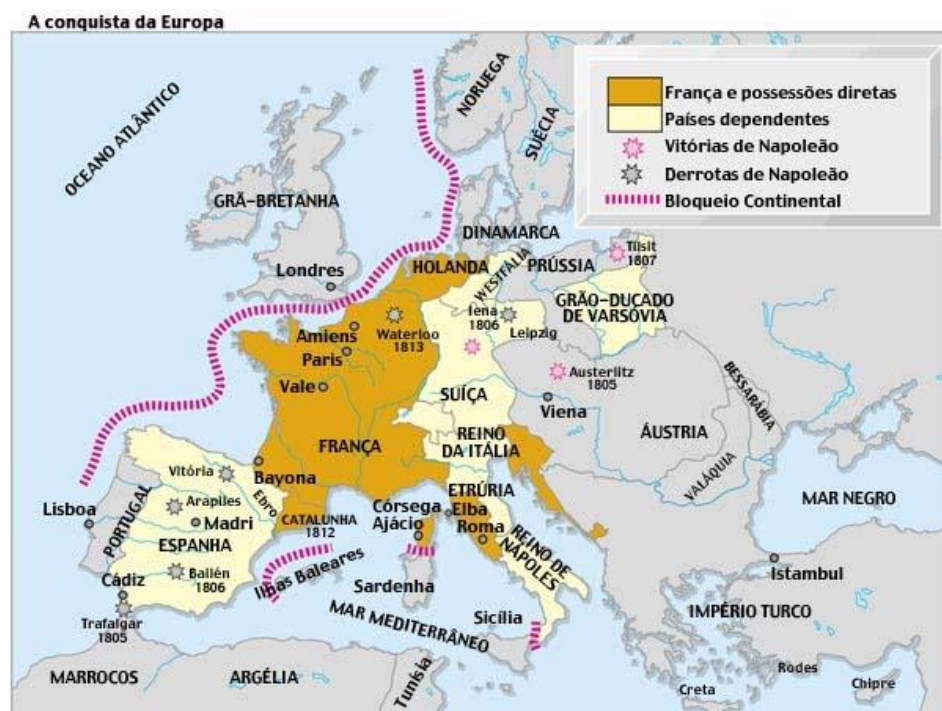


Figura 1: Mapa da costa europeia sob ação do bloqueio continental de Napoleão.

É

importante ressaltar os outros acontecimentos desse período. Sabe-se que, em 1812,

Napoleão invade a Rússia, dominando a cidade de Moscou , mas não subjugando o imperador da época, Alexandre I. Assim, no mesmo ano, a Rússia adere à 6ª Coalizão, espécie de união militar entre nações como Áustria, Prússia, Sicília, Suécia, Inglaterra e alguns Estados alemães. Dessa forma, os exércitos russo, austríaco e prussiano tomaram Paris e conseguiram exilar Napoleão em 1814.

Logo em seguida, foi convocado o Congresso de Viena, reunião diplomática entre os representantes das grandes potências europeias para restaurar as monarquias absolutistas. Mesmo após o regresso de Napoleão para França e constituição de novo exército, Napoleão foi finalmente vencido em Waterloo. O Ato final do Tratado de Paris veio em 1815, no qual a França indenizava os países da Coalizão, considerando-os vencedores.

Cabe salientar que a vinda da família real, em 1808, proporcionou ao Brasil ensaios de desenvolvimento político e urbano. Da mesma forma, nos meandros da diplomacia, o país possuía um pequeno serviço diplomático que se manteve operante por muito tempo. Inicialmente, tinha por objetivo auxiliar Dom João VI no manejo de ser Reino Unido e, com o tempo, tornou-se ferramenta preponderante nos acordos bilaterais pelo mundo.

4.2 Processo de Independência

O povo português sentiu-se extremamente diminuído – e até mesmo afrontado – com a decisão de elevar a própria Colônia ao mesmo patamar que a metrópole. Isso se deve pelo fato de haver mais de 300 anos de exploração direta envolvida entre eles, além de ver esta ressurgência do Brasil como prejudicial para o comércio. Cabe ressaltar que boa parte da Europa possuía relações econômicas com Portugal, e a fuga apressada e inesperada da Corte causou espanto nos países vizinhos, os quais temeram o fim do comércio.

Os anos se passaram e as autonomias econômica, política e administrativa do Brasil agora revoltavam os portugueses. A Corte Portuguesa, no desejo de ter o Brasil de volta ao estado de colônia de Portugal, exigia a volta do regente à capital lusitana. Assim, em 1820 eclode a Revolução do Porto, na qual moradores de Portugal exigem a volta do monarca a Lisboa. O nível de descontentamento era tanto que, no mesmo ano,

foi criada a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, em Lisboa. Presidida pelo brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca, a Junta exerceu o papel de governo de Portugal, buscando tornar-se independente da Corte.

Segundo os planos da burguesia lisboeta, com a volta do príncipe regente, o Brasil seria entregue a uma junta submissa à Coroa Portuguesa. Isso causou uma reação imediata dos políticos brasileiros, que entregaram a Dom Pedro uma lista com aproximadamente 8 mil assinaturas que pediam para que ele permanecesse em terras tupiniquins.

Dom João retorna a Lisboa, o que não contenta a população, uma vez que a permanência do filho no Brasil denotava poder para a Colônia. Com o príncipe regente no poder, a pressão política portuguesa e as revoltas de norte a sul no Brasil – tanto pró quanto contra Portugal –, demandavam uma ação de Dom Pedro I.

Deve-se lembrar uma importante figura para a emancipação brasileira: Maria Leopoldina. O casamento dos dois ocorreu em 1817, por procuração, a fim de estreitar os laços políticos entre Portugal e Áustria. Dona Maria Leopoldina da Áustria é considerada por muitos a primeira governante do Brasil Império, haja vista seu empenho e dedicação ao país. Cabe ressaltar que o documento de independência foi redigido e assinado por ela.

Mesmo não oriunda daqui, a intelectual abraçou inúmeras causas do país – como a luta pelo fim da escravidão e o anseio pela independência do Brasil. Em uma de suas cartas para sua irmã Luisa, na Áustria, descobriu-se o desejo que Dom Pedro I possuía em voltar para Portugal com a corte, e revela que permaneceu aqui devido aos dons persuasivos da 1ª Imperatriz Consorte no Brasil (STEIGLEDER, 2013, p. 118).

Além disso, é muito importante citar a última conversa entre Dom João e Dom Pedro I. Os reflexos das reverberações portuguesas no Brasil eram patentes, haja vista a quantidade de portugueses que habitam a cidade àquela época. Ademais, o Brasil já possuía uma sociedade genuinamente brasileira, e as discussões pró e contra Portugal tomavam proporções demasiadas.

Dessa forma, Dom João aconselha Dom Pedro I a tornar o país independente. “Torne o país independente antes que um selvagem qualquer o faça”, aconselhou o Rei de Portugal. O motivo do discurso é econômico: uma vez que o Brasil Independente

tenha como governante um português, as tensões internas acabam e as relações exteriores seguem normais.

Em relação ao campo global, importantes eventos ocorriam no mundo. Em 1813, as Províncias Unidas do Rio da Prata declaram sua independência frente à Espanha. Todavia, o surgimento de um governo anti-absolutista e anti-escravista na região tornou-se uma ameaça para a estrutura sociopolítica brasileira, que subsistia ao fim do pacto colonial, após a abertura dos portos, em 1808. Assim, D. João iniciou uma empreitada na região a fim de conter o avanço dos nativos pelo Brasil adentro e evitar a proliferação de ideais separatistas. Tal fato culminou, em 1821, na anexação da Província da Cisplatina ao Brasil.

Cabe ressaltar que o ano de 1821 foi marcado pela onda de independência dos países. Tudo começa com a Grécia que, em março desse ano, desvincula-se do Império Otomano. Observa-se esse movimento com maior intensidade na América Latina: A Guatemala, a Costa Rica, a Nicarágua, as Honduras, o Peru, o Equador, El Salvador, o México e o Panamá declaram a independência de Espanha, o que coloca o país em uma

situação delicada frente à política internacional.



Figura 2: Países que se tornaram independentes da Espanha em um curto intervalo de tempo.

O ano de 1822 é, notoriamente, turbulento e decisivo no campo brasileiro. Dom Pedro I, em 9 de janeiro de 1822, diz não às exigências portuguesas. Ele aceita, em 13 de maio de 1822, o título de defensor perpétuo do Brasil, estabelecendo, a partir de então, uma monarquia dual alinhada a Portugal. Já no dia 06 de agosto do mesmo ano, Dom Pedro I publica o Manifesto aos Governos e Nações Amigas, onde os convida a continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interesse e amizade.

Em seguida, inúmeras medidas corroboram a formação de um Estado nacional sólido: cria-se um ministério só de brasileiros – comandado por José Bonifácio – e estabelece-se o *cumpra-se!*, medida que diz que toda decisão portuguesa só será acatada caso o Brasil queira. Assim, em 7 de setembro de 1822, consuma-se o já esperado por todos: O Brasil torna-se independente.

Por fim, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, José Bonifácio, um dos principais influentes de Dom Pedro I, anuncia: *“Tendo o Brasil, que se considera tão livre quanto o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e da inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua independência e a exigir uma assembleia legislativa dentro do seu próprio território, com as mesmas atribuições que a de Lisboa...”*. Ou seja, o Brasil se considerava “tão livre quanto o reino de Portugal”.

Inicia-se assim a busca brasileira por apoio internacional.

4.3 Imperialismo na América Latina

A Inglaterra continuava sendo a principal potência do século em meados de 1820. Muitos outros já haviam tentado roubar esse título – como Napoleão, citado anteriormente –, mas o presidente dos Estados Unidos da América, James Monroe cria, em 1823, a *Doutrina Monroe*. Com o lema “América para Todos”, o plano tinha como objetivo principal fortalecer os países recém-emancipados a fim de que os mesmos se firmassem na política internacional. O motivo era genuinamente político: a partir do momento em que um país apoia a independência de outro, este se torna dependente daquele.

Mesmo que a ideia seja contraditória, a lógica é intrigante: um grande número de países aliados aos EUA proporciona uma linha de comércio e intercâmbio que permite o surgimento de eixos econômicos. Além disso, em termos internacionais, o apoio de uma maioria quantitativa frente às decisões dos Estados Unidos auxilia na supremacia e reafirmação do país como potência.

O imperialismo americano na América Latina tem seu início com o apoio dos EUA na consolidação de Cuba e Panamá, países de colonização espanhola já citados aqui, os quais conquistaram a independência em 1822. Todavia, antes de entender a Doutrina, deve-se olhar um pouco para trás, a fim de compreender os motivos que levaram à independência dos países latinos e as consequências globais disso.

Durante o Bloqueio Continental imposto por Napoleão em 1806, Portugal não foi o único país a violar os termos do acordo: A Espanha descumpre o bloqueio e é invadida. Isso se torna o estopim para a desestabilização da autoridade do governo espanhol sobre as colônias. Os Estados Unidos e a Inglaterra também tinham interesse no fim do império espanhol, a fim de eliminar um possível concorrente a vaga de potência global.

Assim, entende-se a Independência da America Espanhola como um processo político-militar que afetou as regiões situadas entre os vice-reinados da Espanha (atual México e parte dos Estados Unidos) e do Rio da Prata (atual Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia – o cone sul) que deu origem aos modernos Estados independentes latinos. (MV Redação, 2012, pt. 2).



Figura 3: Vice-reinados do Império Espanhol:

- *Nova Espanha: composto pelo México e parte dos Estados Unidos.*
- *Nova Granada: integrada pelos atuais territórios de Colômbia, Panamá e Equador,*
- *Peru: correspondente ao Peru;*
- *Rio da Prata: constituía a área equivalente a Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.*

Dessa forma, os Estados Unidos iniciam sua política de boa vizinhança com o apoio a Cuba, através da Emenda Platt (Cláusula prevista na Constituição de Cuba que permitia a intervenção dos Estados Unidos quando bem entendessem nos assuntos políticos cubanos, desde que seja benéfico para ambos os países), e ao Panamá -que correspondia a um território da Nova Granada. Assim, surge a rivalidade acirrada entre

Espanha e EUA. Deve-se ressaltar que, por meio da doutrina do Destino Manifesto, os Estados Unidos acreditavam que seu modelo político-social era superior à maioria dos países absolutistas europeus e que haviam, portanto, sido escolhidos por Deus para libertar, comandar e ter um papel de destaque no cenário mundial.

A escolha estadunidense pelas intervenções nos países supracitados deve-se ao fato de eles serem regiões estratégicas: pontos de ligação entre o norte e o sul do continente americano e passagem do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico. Essa sagacidade despertou o receio da Inglaterra, que procurou atuar em diversos setores da economia dos países latinos, emprestando dinheiro, exercendo controle de bancos e levando diversos países a um grande endividamento externo.

Os Estados Unidos, por sua vez, procuraram dominar setores estratégicos da economia de diversos países. Assim, controlavam o cobre chileno, o estanho da Bolívia, o petróleo do México e da Venezuela, o açúcar em Cuba, entre outros, fortalecendo os vínculos econômicos e tornando inúmeros países dependentes do capitalismo e da manutenção de privilégios e elites locais.

Tendo em vista isso, é possível supor as tensões mundiais que circundavam os anos entre 1822 e 1828.

4.4 Relações Internacionais no Primeiro Reinado

Embora a emancipação política do Brasil, formalizada em 7 de setembro de 1822, tenha dado ao país um tom de soberania, nada além mudou: a economia seguia fundamentalmente colonial e escravista. A diferença é que o país, agora “independente de Portugal”, precisava regularizar o comércio com o exterior através do reconhecimento de sua independência, sobretudo pelos países europeus.

O primeiro país a reconhecer o Brasil foi os Estados Unidos, em 26 de junho de 1824. As razões que os levaram a isso já foram anteriormente citadas: a Doutrina Monroe, a qual preconizava, sobretudo, o anticolonialismo europeu, a autodeterminação dos povos americanos, e os fortes interesses econômicos dos EUA, que procuravam reservar para si o vasto continente americano. Os países hispano-americanos não reconheceram de imediato. A razão é política e se deve ao fato de que todos os países

latinos adotaram o governo republicano, e o apoio à solução monárquica brasileira poderia pôr em risco as conquistas dos países recém-emancipados. Além disso, havia a questão platina: o Uruguai ainda era parte do império brasileiro – conhecido como Província Cisplatina -, e traria futuros problemas internos e externos para o país.

A Inglaterra, com amplos privilégios comerciais no Brasil, tinha enorme interesse em reconhecer sua independência. No entanto, como aliada de Portugal, não julgava conveniente fazê-lo antes da ex-metrópole. Por esse motivo, sua ação diplomática se deu no sentido de convencer Portugal a aceitar a independência brasileira. Assim, após um acordo firmado entre as nações e mediado pela Inglaterra, no dia 29 de agosto de 1825 foi firmado o Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal.

4.5 O Tratado

O Tratado em questão foi um “consenso” entre as nações, a fim de agilizar o processo de firmamento do Império do Brasil como uma nação recém-emancipada para o meio global e, principalmente, para Portugal. Isso porque o Brasil sofria pressão de diversos lados: Portugal só reconheceria o país sob circunstâncias especiais e, segundo alguns autores, exageradas; a Inglaterra financiaria toda a transação e teria agora duas nações relevantes ao seu lado; e os próprios políticos do Brasil viam a necessidade de que este acordo acontecesse a fim de viabilizar o comércio na América Latina.

Assim, obteve-se o seguinte projeto final:

ART. I - Sua Majestade Fidelíssima reconhece o Brasil na categoria de Império independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves; e a seu sobre todos muito amado e prezado filho Pedro por Imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao mesmo seu

filho e a seus legítimos sucessores. Sua Majestade Fidelíssima toma somente e reserva para a sua pessoa o mesmo título.

ART. II - Sua Majestade Imperial, em reconhecimento de respeito e amor a seu augusto pai o Senhor D. João VI, anuiu a que sua Majestade Fidelíssima tome para a sua pessoa o título de Imperador.

ART. III - Sua Majestade Imperial promete não aceitar proposição de quaisquer Colónias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil.

ART. IV - Haverá de agora em diante paz e aliança e a mais perfeita amizade entre os Reinos de Portugal e Algarves e o Império do Brasil com total esquecimento das desavenças passadas entre os povos respectivos.

ART. V - Os súbditos de ambas as Nações Portuguesa e Brasileira serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da nação mais favorecida e amiga, e seus direitos e propriedades religiosamente guardados e protegidos; ficando entendido que os actuais possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacífica dos mesmos bens.

ART. VI - Toda a propriedade de bens de raiz ou móveis e acções, sequestradas ou confiscadas, pertencentes aos súbditos de ambos os Soberanos de Portugal e do Brasil, serão logo restituídas, assim como os seus rendimentos passados, deduzidas as despesas da administração, os seus proprietários indemnizados recíprocamente pela maneira declarada no Artigo VIII.

ART. VII - Todas as embarcações e cargas apresadas, pertencentes aos súbditos de ambos os Soberanos, serão semelhantemente restituídas ou seus proprietários indemnizados.

ART. VIII - Uma comissão nomeada por ambos os Governos, composta de portugueses e brasileiros em número igual, e estabelecida onde os respectivos Governos julgarem por mais conveniente, será encarregada de examinar a matéria dos Artigos VI e VII; entendendo-se que as reclamações deverão ser feitas dentro do prazo de um ano, depois de formada a Comissão, e que, no caso de empate nos votos, será decidida a questão pelo Representante do Soberano Mediador. Ambos os

Governos indicarão os fundos por onde se hão-de pagar as primeiras reclamações liquidadas.

ART. IX - Todas as reclamações públicas de Governo a Governo serão reciprocamente recebidas e decididas, ou com a restituição dos objectos reclamados, ou com uma indemnização do seu justo valor. Para o ajuste destas reclamações ambas as Altas Partes Contratantes convieram em fazer uma Convenção directa e especial.

ART. X - Serão restabelecidas desde logo as relações de comércio entre ambas as Nações Portuguesa e Brasileira, pagando reciprocamente todas as mercadorias 15 por cento de direitos de consumo provisoriamente; ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma forma que se praticava antes da separação.

ART. XI - A recíproca troca das ratificações do presente Tratado se fará na cidade de Lisboa dentro do espaço de cinco meses ou mais breve se for possível, contados do dia da assinatura do presente Tratado. Em testemunho do que, nós, abaixo assinados, Plenipotenciários de Sua Majestade Fidelíssima e de Sua Majestade Imperial, em virtude dos nossos respectivos plenos poderes, assinámos o presente Tratado com os nossos punhos, e lhe fizemos pôr o selo das nossas armas. Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mês de Agosto de 1825.

Neste tratado, o Brasil assegura o pagamento de 2 milhões de libras a Portugal, além de conceder o título de Imperador do Brasil, em carácter honorário, a D. João VI. Esse reconhecimento abriu caminho para que outros países – em especial os europeus -, fizessem o mesmo, ao custo da concessão de tarifas privilegiadas de 15% nas alfândegas nacionais.

Do ponto de vista internacional, a emancipação do Brasil significou a substituição do domínio português pela preeminência inglesa, secundada por outros países europeus – como França e Países Baixos -, e pelos Estados Unidos. O Brasil apenas se reajustava à ordem econômica internacional, moldada no capitalismo industrial. Os EUA, que desejava isso, não tiveram o Brasil como aliado, perdendo domínio de 48% do território sul-americano.

Interessante saber que o dia em que Pedro I recebe a notícia de que o Tratado havia sido devidamente assinado era o mesmo dia do aniversário de sua amante, Domitila, também conhecida como Marquesa de Santos. Em uma carta retirada do seu acervo, nota-se a sua euforia e também preocupação doravante. Leia-se:

27 de dezembro de 1825

No dia em que fazia três anos que eu comecei a ter amizade com mecê assino o Tratado do nosso reconhecimento como Império por Portugal. Hoje, que mecê faz os seus 27, recebo a agradável notícia que no Tejo tremulara em todas as embarcações nele surtas o pavilhão imperial, efeito da ratificação do tratado por el-rei, meu augusto pai. Quando há para notar uma tal combinação de acontecimentos políticos com nossos domésticos e tão particulares!!!

Aqui há o que quer que seja de misterioso, que eu ainda por ora não diviso, mas que indica que a providência vela sobre nós (e se não há pecado) até como aprova nossa tão cordial amizade com tão célebres combinações.

Como estou certo que mecê toma parte e bem aceito nas felicidades ou infelicidades da nossa cara pátria, por isso teve lembrança de lhe escrever.

Este seu fiel, constante, desvelado, agradecido e verdadeiro amigo e amante do fundo da alma,

Demonão

4.6 Considerações Finais

Haja vista todo o material supracitado, é possível ter uma visão bastante ampla da situação, além de uma localização temporal adequada a qual auxiliará nas previsões para os acontecimentos subsequentes. Assim, reforça-se o fato de que o comitê ocorre em data anterior ao firmamento do Tratado, sendo possível que cada nação representada exponha suas opiniões sobre o melhor desfecho para este fato, levando em consideração as vantagens políticas e econômicas para cada Chefe-de-Estado.

5. FUNCIONAMENTO DO COMITÊ

5.1 Lista de Representações

O Comitê Histórico da VI SiNav fará uma simulação da reunião que confeccionou o Tratado de Paz, Aliança e Amizade, que, além dos então governantes das nações portuguesa (*Rei de Portugal e Algarves D. João VI*), brasileira (*Primeiro Imperador do Brasil D. Pedro I*) e britânica (*Rei da Grã-Bretanha D. Jorge IV*), os quais realmente estavam, contaremos com a de outros governantes de nações convidadas a partilhar suas opiniões acerca do Tratado e das condições que ele impõe ao Império do Brasil e ao Reino de Portugal e Algarves. Os governantes supracitados são **Bernadino Rivadavia** (*Ministro de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata*), **D. Fernando VII** (*Rei da Espanha*), **James Monroe** (*Presidente dos Estados Unidos da América*), **Guadalupe Victoria** (*Primeiro Presidente dos Estados Unidos Mexicanos*), **Simón Bolívar** (*Primeiro Presidente da Grã-Colômbia*), **D. Luís XVIII** (*Rei da França*), **Francisco I** (*Primeiro Imperador da Áustria*), **Guilherme I** (*Rei dos Países Baixos*), **Alexandre I** (*Imperador da Rússia*), **Francisco I** (*Rei das Duas Sicílias*), **Carlos XIV João** (*Rei da União Suécia-Noruega*), **Frederico VI** (*Rei da Dinamarca*) e **Frederico Guilherme III** (*Rei da Prússia*).

Lista de Representações Oficial:

- **D. Pedro I**, *Primeiro Imperador do Brasil*;
- **D. João VI**, *Rei de Portugal e Algarves*;
- **Dom Jorge IV**, *Rei da Grã-Bretanha*;
- **Bernadino Rivadavia**, *Ministro de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata*;
- **D. Fernando VII**, *Rei da Espanha*;
- **James Monroe**, *Presidente dos Estados Unidos da América*;
- **Guadalupe Victoria**, *Primeiro Presidente dos Estados Unidos Mexicanos*;
- **Simón Bolívar**, *Primeiro Presidente da Grã-Colômbia*;
- **D. Luís XVIII**, *Rei da França*;

- **Francisco I** , *Primeiro Imperador da Áustria*;
- **Guilherme I**, *Rei dos Países Baixos*;
- **Alexandre I** , *Imperador da Rússia*; e
- **Francisco I**, *Rei das Duas Sicílias*;
- **Carlos XIV João**, *Rei da União Suécia-Noruega*;
- **Frederico VI**, *Rei da Dinamarca*;
- **Frederico Guilherme III**, *Rei da Prússia*.

5.2 Recomendações

O objetivo principal deste comitê é **recriar o “Tratado de 1825”** da maneira que os delegados presentes melhor acharem, utilizando, com esse intuito, documentos de trabalho os quais apresentem as melhores soluções para os problemas discutidos ao longo do debate.

A reunião a qual culminou no Tratado do Rio de Janeiro foi realizada, originalmente, somente entre três nações, desconsiderando as opiniões das restantes em relação a ele. Por isso, ao recriá-lo, e com a presença das outras nações, ter-se-á a chance de poder saber todas as visões sobre ele, podendo alterá-lo ou não, se assim os governantes participantes do comitê desejarem.

Gostaríamos de lembrar-lhes que o ano de confecção do Tratado foi em **1825**, portanto está terminantemente proibida a utilização de argumentos baseados em **especulações futuras à data em questão** ou **argumentos falaciosos** acerca das outras nações ou de acontecimentos. Qualquer crítica, fala, discurso ou outro artifício usado nos parâmetros supracitados será **desconsiderado** pela mesa-diretora, por não se tratar de um **argumento concreto**.

Vale lembrar também que o local no qual os senhores delegados se encontrarão é estritamente **diplomático**. Por isso, deve-se evitar ao máximo a utilização de **palavras de baixo calão** e devem procurar manter **boa postura** durante todas as sessões do comitê.

O comitê procurará retratar ao máximo o pensamento que cada diplomata teria na época, e, para que se possa realizá-lo da maneira mais realista possível, a mesa-diretora pede aos senhores delegados que estudem bem suas respectivas diplomacias. Para podermos de alguma maneira auxiliar-lhes na realização desse processo, haverá textos (**no tópico a seguir**), os quais buscarão deixar mais clara a situação na qual se encontra cada país na época do Tratado de 1825 e suas especulações acerca deles.

6. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES DIRETA E INDIRETAMENTE ENVOLVIDOS

6.1 D. Pedro I (*Primeiro Imperador do Brasil*)

Pedro I do Brasil ou Pedro IV de Portugal, apelidado de "o Libertador" e "o Rei Soldado", foi o primeiro Imperador do Brasil como **Pedro I** de 1822. Era o quarto filho do Rei D. João VI de Portugal e sua esposa a rainha Carlota Joaquina da Espanha, sendo assim um membro da Casa de Bragança. Pedro viveu seus primeiros anos de vida em Portugal até que tropas francesas invadiram o país em 1807, forçando a transferência da família real para o Brasil.

Desde a chegada da família real portuguesa em 1808, o Brasil tinha gozado de grande autonomia política, porém a ameaça do governo português de revogar essas liberdades criou grande descontentamento na colônia. Pedro ficou do lado dos brasileiros e declarou a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. Foi aclamado como seu imperador no dia 12 de outubro e derrotou todas as forças fiéis a Portugal até março de 1824. Alguns meses depois, esmagou a Confederação do Equador, uma revolta separatista que havia eclodido em Pernambuco e se alastrado para outras províncias do nordeste brasileiro.

O império brasileiro busca nesse encontro, principalmente, da forma mais eficaz e rápida possível, cortar suas dependências com a Corte de Portugal, pois assim poderá

ter controle sobre seu próprio território e sobre com quais nações queira ou não ter relações comerciais ou políticas.

Porém, caso Portugal decida deixar sua antiga colônia livre de sua influência, o trono português terá que arcar com o prejuízo financeiro o qual isso acarretará, o que também deve ser levado em consideração pelo Império do Brasil caso queira que sua independência seja reconhecida por sua antiga metrópole.

Deve-se pontuar também que as disputas territoriais entre o antigo Reino Unido de Portugal e Algarves, e agora com o Império do Brasil, e as Províncias Unidas do Rio da Prata pela Província Cisplatina estão se intensificando no ano de 1825, o que, futuramente, no mesmo ano, eclodirá na Guerra da Cisplatina. No caso de o império brasileiro cortar suas relações com Portugal, a Corte Lisboaeta pode decidir não interferir no conflito mais, deixando o Império do Brasil sozinho.

6.2 Bernadino Rivadavia (*Ministro de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata*)

Rivadavia nasceu em Buenos Aires em 1780. Foi ativo tanto na resistência argentina à invasão britânica de 1806 quanto no movimento de independência do país em 1810. Em 1811, Rivadavia tornou-se a figura principal do triunvirato de governo. Até a queda deste governo em outubro de 1812, seu foco era o de criar um forte governo central e manter relações amenas com a Espanha, além de organizar um exército.

Rivadavia foi posteriormente mandado à Europa para melhorar as relações da Argentina com a Inglaterra e a Espanha. Ele retornou 6 anos depois, em maio de 1821. Em junho do mesmo ano, foi nomeado ministro de governo da Província de Buenos Aires, pelo então governador Martín Rodríguez.

Durante os 5 anos seguintes, Rivadavia exerceu uma forte influência, e focou principalmente nos melhoramentos da cidade de Buenos Aires, frequentemente repartindo o seu custo com todo o país. Para torná-la uma cidade com ares mais europeus, Rivadavia construiu largas avenidas, escolas, calçamento de ruas e iluminação pública. Foi o fundador da Universidade de Buenos Aires, assim como dos cursos de teatro, geologia e medicina.

As antigas invasões do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves sobre as Províncias Unidas do Rio da Prata em 1816 (também conhecidas como Guerra contra Artigas, Segunda Invasão Portuguesa ou Primeira Guerra Cisplatina), as quais foram responsáveis pela anexação da Província Cisplatina ao Reino, geraram um sentimento de revolta e revanchismo aos povos que, originalmente, detinham aquele território.

Portanto, essas divergências vão, claramente, aparecer aos poucos no decorrer da discussão do tema do comitê, no qual se deve ser considerado pelas Províncias colonizada pelos espanhóis o fato de ser muito mais acessível recuperar seu território da região cisplatina com a Corte Lisboaeta “fora da jogada”.

6.3 D. João VI (*Rei de Portugal e Algarves*)

Cognominado *O Clemente*, D. João VI foi Rei de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822 (quando da independência do Brasil resultou a extinção do Reino Unido lusitano.). De 1822 em diante, ele se tornou Rei de Portugal e Algarves.

Com as invasões das tropas napoleônicas no território peninsular europeu no início do século XIX, D. João, ainda como príncipe regente, junto ao resto da Corte Lisboaeta pôs-se obrigado a refugiar-se em uma de suas colônias (Brasil), sendo escoltados pela esquadra britânica até sua chegada.

Ele, no Brasil, foi responsável pela criação de diversas instituições e serviços que sedimentaram a autonomia nacional e pela elevação da colônia brasileira a parte do território português (a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves), para poder gerenciar as questões de Portugal a partir do Brasil.

D. João VI viveu num período tumultuado, e o seu reinado nunca conheceu paz duradoura até então. Ora era a situação portuguesa ou europeia a degenerar, ora era a brasileira. Não esperara vir a se tornar rei, só tendo ascendido à posição de herdeiro da Coroa pela morte do seu irmão mais velho, D. José. Assumiu a regência quando a sua mãe, a rainha D. Maria I de Portugal, foi declarada mentalmente incapaz.

Teve de lidar com a constante ingerência nos assuntos do reino de nações mais poderosas, notadamente a Espanha, França e Inglaterra. Obrigado a fugir de Portugal quando as tropas napoleônicas invadiram o país, no Brasil, ele também teve que

enfrentar revoltas liberais no Brasil que refletiam acontecimentos similares na Metrópole, sendo compelido a retornar à Europa no meio de novos conflitos.

Perdeu o Brasil quando o seu filho, D. Pedro, proclamou a independência desse território. Todavia, a Corte Portuguesa não legitimou a independência brasileira, considerando-o ainda como uma extensão do território português, devido à sucessão do trono português pelo futuro imperador do Brasil.

D. João VI viu o seu outro filho, D. Miguel I, rebelar-se buscando depô-lo. O seu casamento foi da mesma forma acidentado, e a esposa, Carlota Joaquina de Bourbon, repetidas vezes conspirou contra o marido a favor de interesses pessoais e da Espanha, seu país natal.

6.4 D. Fernando VII (*Rei da Espanha*)

Tornou-se Rei da Espanha em 17 de março de 1808 devido à abdicação forçada do pai. Enquanto Príncipe das Astúrias, ele procurou o apoio de Napoleão para preservar os seus direitos ao trono, que calculava estarem ameaçados por Godoy.

Foi responsável por mergulhar a Espanha na anarquia e guerra civil, pois, se em março de 1808 a rebelião de Aranjuez fez dele rei, as tropas de Napoleão, comandadas por Murat, ocuparam Madrid. O Imperador mandou que a família real fosse para Bayonne, obteve a abdicação de Carlos IV e obrigou Fernando a assinar a sua própria abdicação, prendendo-o no confortável castelo de Valençay.

Após a derrocada de Napoleão, o rei espanhol Fernando VII retomou seu poder sobre a Espanha em 1813. Depois disso, ele ligou sua monarquia a medidas contrarrevolucionárias e reacionárias, criando uma enorme rixa entre seus apoiantes de direita e os liberais de esquerda. Fernando rejeitou a Constituição Liberal de 1812, restabelecendo o absolutismo na Espanha.

Com a independência das colônias espanholas nas Américas e o Rei perseguindo os adversários, mudando constantemente os ministros, o exército de Cadiz se rebelou, forçando o Rei Fernando a restabelecer uma Constituição no ano de 1820.

Em 1823, o D. Luís XVIII ajudou o então rei da Espanha a recuperar o poder. Nessa época, a dinastia Bourbon dominava o Reino da Espanha, da França e das Duas

Sicílias, portanto, esses reinos tiveram suas afinidades diplomáticas maiores em relação aos outros países.

Deve-se pontuar que Fernando também perdeu muitas de suas colônias durante a Guerra Peninsular (1808-1814), o que foi extremamente prejudicial a economia espanhola e gerou uma vulnerabilidade política no Reino. Portanto, ele deve entender muito bem como D. João VI se sente com relação a isso, embora o reino espanhol jamais tenha elevado uma de suas colônias como parte de seu território.

6.5 D. Jorge IV (*Rei da Grã-Bretanha*)

Tornou-se Rei em 29 de janeiro de 1820. De 1811 até sua ascensão foi Príncipe Regente durante a doença mental de seu pai Jorge III. Jorge teve uma vida extravagante que contribuiu para a moda durante o Período da Regência, sendo o patrono de muitas formas de prazer, estilo e gosto.

Porém, ele tinha uma relação ruim com o pai, acumulando grandes dívidas e teve várias amantes, com a principal e mais duradoura sendo Maria Fitzherbert. Ele foi forçado a se casar em 1795 com sua prima Carolina de Brunsvique; os dois não gostavam um do outro e se separaram pouco depois do nascimento de sua filha Carlota de Gales no ano seguinte.

Seu charme e cultura lhe valeram o título de "o primeiro cavalheiro da Inglaterra", porém suas relações com Jorge III e Carolina, e seu jeito devasso, lhe renderam o desprezo do povo, diminuindo o prestígio da monarquia.

Após a Primeira Revolução Industrial, que se iniciou no ano de 1760, a Inglaterra substituiu o trabalho artesanal, geralmente escravo, pelo assalariado e com o uso das máquinas. Isso fez com que ela se tornasse referência na produção de bens manufaturados no final do século XVIII e início do século XIX, fazendo com que exportasse uma imensa quantidade de manufaturas para os outros países, abandonando de vez seu antigo modo de produção artesanal.

Com isso, o Reino Unido da Grã-Bretanha, no início do século XIX, perde seu interesse pela busca de colônias e vai passar a buscar a criação de mais nações para que possa escoar cada vez mais seus produtos, influenciando e auxiliando antigas colônias

europeias a se revoltarem contra suas metrópoles e se tornarem independentes, tais como o México, Grã-Colômbia e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

E isso não foi diferente com o Brasil, o qual vê a Inglaterra como o apoiador mais fiel de sua independência da Corte Lisboa, a fim de expandir a quantidade de mercados consumidores de produtos manufaturados e, juntamente, sua riqueza.

Com as tentativas do Reino Espanhol de buscar reaver suas colônias americanas, depois que Fernando VII reouve o trono em 1813, o Reino Unido da Grã-Bretanha viu seus planos de criar novos mercados consumidores nas Américas indo “por água abaixo. O país decidiu, então, apoiar diplomaticamente a sua antiga colônia americana (Estados Unidos), a qual, através dos ideais manifestados pela Doutrina Monroe em 1823 (explicação no texto abaixo), conseguiu impedir que a recolonização da América acontecesse.

6.6 James Monroe (*Presidente dos Estados Unidos da América*)

Foi o quinto presidente dos Estados Unidos, entre 1817 e 1825. Monroe foi o último presidente que se tornou um dos fundadores dos Estados Unidos, e o último presidente da dinastia da Virgínia e da geração republicana.

Monroe tornou-se um presidente peculiar por sua proclamação da linha de pensamento anti-europeia chamada de “a Doutrina Monroe”, que afirmava que os Estados Unidos não tolerariam mais intervenção europeia na América, em sua mensagem ao Congresso em 2 de dezembro de 1823.

A frase que resume a doutrina é: “América para os americanos” cujo pensamento consistia em três ideias principais: a não criação de novas colônias nas Américas; a não intervenção nos assuntos internos dos países americanos; e a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus como guerras entre estes países e suas colônias.

A Doutrina reafirmava a posição dos Estados Unidos contra o colonialismo europeu, inspirando-se na política isolacionista de George Washington, segundo a qual “*a Europa tinha um conjunto de interesses elementares sem relação com os nossos ou senão muito remotamente*” (Discurso de despedida do Presidente George Washington, em 17 de dezembro de 1796), e desenvolvia o pensamento de Thomas Jefferson,

segundo o qual "*a América tem um Hemisfério para si mesma*", que tanto poderia significar o continente americano como o seu próprio país.

A formulação da Doutrina ajudou também a Grã-Bretanha a frustrar os planos europeus de recolonização da América e permitiu que os Estados Unidos continuassem a dilatar as suas fronteiras em direção ao Oeste.

6.7 Guadalupe Victoria (*Primeiro Presidente dos Estados Unidos Mexicanos*)

Com a Espanha invadida pelas tropas de Napoleão Bonaparte, suas colônias acharam ser o momento perfeito de instabilidade de sua metrópole para assim lograrem suas independências, e com a colônia mexicana não foi diferente. Através da Guerra da Independência Mexicana, o México conseguiu se tornar independente em 27 de setembro de 1821 e, após uma efêmera passagem entre a monarquia constitucional, conseguiu implementar uma república federativa.

Em 1811, juntou-se ao movimento independentista iniciado por Miguel Hidalgo e combateu ao lado de José María Morelos; após a morte, deste operou como guerrilheiro em Oaxaca e Veracruz. Mais tarde, foi obrigado a fugir e a esconder-se na selva de Veracruz até à proclamação do plano de Iguala por Augustín de Iturbide em 1821.

Após o consumar da independência e formação do Império Mexicano liderado por Iturbide, regressou à selva aliando-se depois ao plano de Casamata, encabeçado por Antonio López de Sant Anna contra o imperador. Com a queda do império e instauração da República Federal, Victoria foi eleito como primeiro presidente do México, sendo Nicolas Bravo vice-presidente.

Apesar de lograr sua independência da metrópole, assim como a Corte Lisboeta com relação ao Império do Brasil, o trono espanhol recusou-se a reconhecer os Estados Unidos Mexicanos como um país independente, considerando-o ainda como uma colônia sob jurisdição da Corte espanhola.

Os Estados Unidos da América, no início do século XIX, vinculado aos seus ideais do Destino Manifesto (crença comum entre os habitantes dos Estados Unidos que dizia que eles deveriam se expandir por toda a América do norte, expressando a ideia de que o povo americano foi eleito por Deus para civilizar o seu continente), continuam

sua expansão para o Oeste e o México receia que isso acarrete uma perda territorial própria, o que acirra ainda mais alguns conflitos políticos entre os dois países.

6.8 Simón Bolívar (*Primeiro Presidente da Grã-Colômbia*)

Simón Bolívar nasceu em Caracas em 24 julho de 1783. Após o triunfo sobre a Monarquia Espanhola, Bolívar participou da fundação da primeira união de nações independentes na América Latina, tendo o federalismo como sistema político vigente, nomeada Grã-Colômbia (com a união das nações Venezuela e Nova Granada e, posteriormente, do Panamá e do Equador também), da qual foi o Primeiro Presidente em 1819.

A Grã-Colômbia foi criada pela Lei Fundamental da República emitida durante o Congresso de Angostura (1819). O Estado como um resultado da união desses povos não foi possível até o Congresso de Cúcuta (1821), onde foi elaborada a Constituição com a qual foi implementada e regulamentada a sua criação, como a vida política e institucional do novo país.

Simón Bolívar é considerado por alguns países da América Latina como um herói, visionário, revolucionário e libertador, por liderar muitos deles à independência e ajudar a lançar bases ideológicas democráticas na maioria da América Hispânica. Por isso, ficou conhecido como “*George Washington da América do Sul*”.

6.9 D. Luís XVIII (*Rei da França*)

Conhecido como Luís, o Desejado, foi o Rei da França em 1814. Luís passou 23 anos em exílio, de 1791 a 1814, durante a Revolução Francesa, a República Francesa e o Império Francês, e, depois, novamente em 1815, durante os Cem Dias, quando Napoleão Bonaparte voltou da Ilha de Elba.

Ele manteve o título de Conde da Provença como irmão mais novo do Rei Luís XVI até ascender ao trono francês. A Convenção Nacional aboliu a monarquia em 21 de setembro de 1792 e depôs o rei, mais tarde executado na guilhotina. Quando o jovem filho de Luís XVI, Luís Carlos, morreu na prisão em junho de 1795, Luís sucedeu ao sobrinho como rei titular da França. Luís XVIII viveu na Prússia, Rússia e Reino Unido durante a Revolução Francesa e o Período Napoleônico.

A partir da derrocada de Napoleão Bonaparte, o território francês passa a ter as mesmas dimensões que havia antes da Era Napoleônica e a Dinastia Bourbon retorna a reinar na França. Apesar de Napoleão depô-la novamente em 1815, Bonaparte é derrotado na Batalha de Waterloo e Luís XVIII volta ao trono. Nesse momento, com o trono espanhol, francês e siciliano sendo resguardados pela mesma Dinastia na época em que foi confeccionado o Tratado de Paz, Aliança e Amizade torna-se um fato que esses reinos terão uma afinidade política maior.

6.10 Francisco I (*Primeiro Imperador da Áustria*)

Foi o último Imperador Romano-Germânico como Francisco II de 1792 até sua abdicação em 1806, após a derrota na Batalha de Austerlitz para Napoleão Bonaparte, e também o primeiro Imperador da Áustria como Francisco I em 1804. Por tal medida, Francisco tornou-se conhecido como o único soberano de dois impérios ao mesmo tempo. Além disso, ele também foi Rei da Hungria, Croácia e Boêmia a partir de 1792. Também serviu como o primeiro presidente da Confederação Germânica após a sua criação em 1815.

O Império Austríaco foi fundado no ano de 1804 em resposta à criação do Primeiro Império Francês de Napoleão Bonaparte. Até o ano de 1815, a política externa austríaca seguiu determinada pelas Guerras Napoleônicas. Após o Reino da Prússia assinar o Tratado de Paz com a França em 5 de abril de 1795, a Áustria viu-se obrigada a desempenhar o principal peso da guerra com a França por quase dez anos. Esta situação conduziu a uma distorção da economia austríaca, contribuindo para os austríacos olharem de forma impopular para a guerra.

O imperador Francisco I recusou-se a participar na guerra seguinte contra a França napoleônica por um longo tempo, devido a este descontentamento popular. Por outro lado, Francisco I não pôde abandonar a possibilidade de vingança e, por isso, fez um acordo militar secreto com o Império Russo em novembro de 1804. Esta convenção veio com o objetivo de assegurar a cooperação mútua entre o Império Austríaco e o Império Russo, no caso de uma nova guerra contra a França.

Uma aparente relutância da Áustria para se juntar à Terceira Coligação foi superada pelos subsídios britânicos. Uma derrota decisiva na Batalha de Austerlitz pôs

um fim à adesão austríaca na Terceira Coligação. Embora a posição internacional austríaca fora significativamente prejudicada, o Tratado de Pressburgo reforçou o exército e a economia. Além disso, o ambicioso arquiduque Carlos, juntamente com Johann Philipp von Stadion, prosseguiram uma nova guerra com a França.

Francisco continuou o seu papel de liderança como um adversário da França nas Guerras Napoleônicas, e sofreu várias outras derrotas depois de Austerlitz. O casamento por procuração do estado de sua filha Maria Luísa e Napoleão em 10 de março de 1810 foi, sem dúvida, a sua derrota pessoal mais grave.

Após a abdicação de Napoleão depois da Guerra da Sexta Coalizão, a Áustria participou como um dos principais membros da Santa Aliança, no Congresso de Viena, que foi amplamente dominado pelo chanceler Klemens Wenzel von Metternich, culminando em um novo mapa Europeu e na restauração de antigos domínios de Francisco (exceto o Sacro Império Romano, que foi dissolvido). Devido ao estabelecimento dos territórios originais da Europa antes das guerras napoleônicas, que em grande parte resistiu aos populares nacionalistas e às tendências liberais, Francisco passou a ser visto como um reacionário mais tarde em seu reinado.

O último período de Guerras Napoleônicas caracterizou-se pelo fato de que Metternich exercia um elevado grau de influência sobre a política externa do Império Austríaco, nominalmente uma questão decidida pelo imperador. Ele inicialmente apoiou uma aliança com a França, ao organizar o casamento entre Napoleão e a filha de Francisco I, Marie-Louise, mas, na campanha 1812, Metternich tinha entendido a inevitabilidade da queda de Napoleão e tomou as rédeas da Áustria na guerra contra a França.

O Império Austríaco nunca demonstrou interesse algum no continente americano, e isso lhe dá certa arbitrariedade para a confecção do Tratado do Rio de Janeiro de 1825, devido a sua neutralidade e não-influência dos países interessados sobre ele.

6.11 Guilherme I (*Rei dos Países Baixos*)

Tornou-se o Rei dos Países Baixos e Grão-Duque de Luxemburgo em 1815, tendo anteriormente servido como Príncipe de Orange-Nassau de 1813 até sua proclamação como rei. Era filho de Guilherme V, Príncipe de Orange, e sua esposa, a princesa Guilhermina da Prússia.

Quando Napoleão invadiu a Alemanha em 1806, dando início à guerra entre o Império Francês e a Prússia, Guilherme apoiou os seus parentes prussianos, apesar de ser, em nome, um vassalo francês. Recebeu o comando de uma divisão prussiana e participou na Batalha de Jena.

Os prussianos perderam essa batalha e Guilherme viu-se forçado a render-se com as suas tropas de forma pouco honrosa em Erfurt, no dia a seguir à batalha. Guilherme foi capturado e tornou-se prisioneiro de guerra, mas acabaria por ser libertado pouco tempo depois.

No entanto, Napoleão castigou-o pela sua traição e retirou-lhe o seu principado. Como prisioneiro perdoado, Guilherme não pôde voltar a participar nas hostilidades. Após a assinatura do Tratado de Paz de Tilsit, passou a receber uma pensão do governo francês como compensação.

Nesse mesmo ano, o seu pai, o Príncipe de Orange, morreu e Guilherme herdou tanto o seu título como os direitos do pai às terras dos Nassau. Esta herança iria ganhar importância alguns anos mais tarde, quando a situação política na Alemanha evoluiu e Guilherme recebeu o título de príncipe de um conjunto de terras nassovianas que tinham pertencido a outros ramos da Casa de Nassau.

No entanto, antes de isso acontecer, em 1809, as tensões entre a Austria e a França intensificaram-se. Guilherme não hesitou e juntou-se ao exército austríaco na posição de major-general em maio de 1809. Como membro do pessoal do supremo comandante dos austríacos, o arquiduque Carlos, Guilherme participou na Batalha de Wagram, na qual ficou ferido numa perna.

O czar Alexandre I da Rússia foi essencial para a restauração dos Países Baixos. O príncipe Guilherme VI (como era então conhecido), que estava a viver no exílio na Prússia, encontrou-se com Alexandre I em Março de 1813. Alexandre prometeu apoiá-lo e ajudar a restaurar a independência dos Países Baixos com Guilherme como rei. As

tropas russas que se encontravam nos Países Baixos aliaram-se às tropas prussianas para restaurar a dinastia e, graças a possibilidade de unir as casas reais da Grã-Bretanha e dos Países Baixos em casamento, a ideia recebeu a aprovação britânica.

O Reino Unido dos Países Baixos foi criado então no ano de 1815, a partir de territórios conquistados pelo Primeiro Império Francês de Napoleão Bonaparte após a dissolução deste durante o Congresso de Viena (uma conferência entre embaixadores das grandes potências europeias que aconteceu na capital austríaca cuja intenção era redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França Napoleônica).

A principal finalidade da criação desse reino era formar uma organização territorial estável ao norte da França. Foi uma jogada forjada pela Terceira Coligação (Áustria, Rússia, Suécia, Reino Unido...), a fim de impedir novas ambições francesas, agora através da Dinastia Bourbon, naquela região.

O Reino dos Países Baixos é caracterizado pela suas relações políticas muito próximas com a Terceira Coligação, especificamente com o Reino Unido da Grã-Bretanha, Império Austríaco e Império Russo. Pode-se perceber, portanto, uma falsa arbitrariedade dela com relação ao Tratado de 1825 tendo em vista sua coalizão com algumas potências europeias.

6.12 Alexandre I (*Imperador da Rússia*)

Tornou-se o Imperador da Rússia em 1801, também sendo o primeiro russo a ser Rei da Polônia e Grão-Duque da Finlândia. Era filho do imperador Paulo I e sua esposa Sofia Doroteia de Württemberg, ascendendo ao trono após o assassinato do pai.

Ele, tanto como grão-duque quanto imperador, muitas vezes, usava de retórica liberal, porém manteve as práticas absolutistas da Rússia durante toda sua vida. Logo no início de seu reinado, Alexandre realizou pequenas reformas sociais e depois grandes reformas na educação, também prometendo reformas constitucionais e sobre a servidão, porém nunca fez nenhuma proposta concreta.

Na segunda metade de seu reinado, ele ficou cada vez mais arbitrário, reacionário e temerário de conspirações. Alexandre expulsou professores estrangeiros das escolas russas e a educação passou a ser mais religiosa e politicamente conservadora.

Alexandre I ocupou na Europa tal posição que o tsar atingira a função de chefe das guerras contra a Revolução Francesa e contra Napoleão. Todavia, dificilmente se poderá dizer que a luta exercida contra a hegemonia francesa fez efetivamente de Alexandre o primeiro dirigente da Europa.

Em aliança com a Áustria e a Prússia, declarou guerra a Napoleão. Napoleão por sua vez derrotou os russos e os austríacos, em Austerlitz, em 1805. Os conflitos, porém, duraram até 1807, quando os russos foram destruídos em Friedland. No mesmo ano pela paz de Tilsit, Alexandre abandonou a Prússia.

De 1808 a 1812, a França e o Império Russo permaneceram em paz. Em junho de 1812, os conflitos tiveram um novo início, e, em 14 de setembro de 1812, o exército de Napoleão Bonaparte invadiu o Império Russo e chegou ao Kremlin.

Alexandre I, assim como Francisco I da Áustria, não possuía interesse algum no continente americano, portanto, suas decisões seriam mais baseadas nos seus aliados europeus, que possuíam um maior interesse no caso.

6.13 Francisco I (*Rei das Duas Sicílias*)

Membro da casa dos Bourbon, de Nápoles e da Sicília em 1806, Francisco foi nomeado regente do reino em 1812. Com a derrota de Napoleão Bonaparte em 1815 Fernando I retornou a Nápoles. Os reinos de Sicília e Nápoles foram fundidos em um novo, o Reino das Duas Sicílias, em 1816. Francisco assumiu então o título de Duque de Calábria.

O Reino das Duas Sicílias foi o nome que o Rei Fernando I deu a seu reino, em 1816, depois de o Congresso de Viena ter suprimido o Reino de Nápoles (restante do antigo Reino da Sicília após a secessão da ilha da Sicília como resultado da rebelião de Vésperas sicilianas de 1282) e o Reino da Sicília (um Estado que existiu de 1130 a 1816, ocupando o território da atual região italiana da Sicília e alguns territórios do sul da península Itálica), unindo-os numa única entidade estatal.

Esse Reino também era regido pela Dinastia Bourbon, portanto, a política externa era determinada pelo interesse dessa família a qual detinha consigo também, até então, as Coroas espanhola e francesa (mantendo, de preferência, as intenções dessas).

6.14 Carlos XIV João (Rei da União Suécia-Noruega)

Nomeado em 1809 o Marechal da França (título que era dado ao mais Alto Comandante das Forças Armadas Reais Francesas), conhecido antes de alcançar a realeza sueca como João Batista Bernadotte, que, pelo seu grande relacionamento com Napoleão e dedicação nas batalhas, foi-lhe concedido a regência do reinado da Suécia em 1810.

Apesar da intensa relação que rei Carlos XIV João tinha com o Império Francês, ele, ainda como príncipe herdeiro, levou a política externa de seu novo país para outra direção, fazendo alianças com a Rússia e o Reino Unido contra a França.

A Sexta Coligação havia oferecido apoio na conquista da Noruega (que na época estava em união pessoal com a Dinamarca) em troca de ajuda sueca contra Napoleão, com Carlos João liderando o Exército do Norte, forçando o Reino da Dinamarca a ceder a Noruega ao Reino da Suécia em 1814 pelo Tratado de Kiel.

Entretanto, os noruegueses recusaram-se a se submeter ao Tratado e declararam sua independência, convocando uma assembleia constituinte. A nova Constituição da Noruega foi adotada em 17 de maio de 1814 e o príncipe Cristiano Frederico da Dinamarca foi eleito rei.

O príncipe herdeiro Carlos João XIV rapidamente liderou um exército em uma campanha contra a Noruega que culminou na Convenção de Moss, forçando Cristiano Frederico a abdicar do trono e uma revisão na constituição para que a união com os suecos fosse permitida. O parlamento norueguês elegeu Carlos XIII como rei em 4 de novembro, confirmando a união.

Essa união entre os Reinos da Suécia e da Noruega manteve constituições, leis, legislaturas, administradores, igrejas e forças armadas separadas, porém a política externa era regida pelo Ministério do Exterior da Suécia.

Carlos XIV ascendeu ao trono sueco e norueguês em fevereiro de 1818 depois da morte de Carlos XIII. Ele buscou aproximar a Noruega da Suécia através de uma política de amalgamação, porém suas vontades frequentemente esbarravam no parlamento norueguês. As políticas externas de Carlos João permitiram controle sobre

as taxas alfandegárias e deixaram o país em estado de relativa paz interna e neutralidade externa, principalmente com os antigos componentes da Sexta Coligação.

6.15 Frederico VI (Rei da Dinamarca)

Antes de se tornar rei, ele foi nomeado presidente do Conselho de Estado Dinamarquês em 1784, logo após seu pai ficar incapacitado para tal cargo e atuou como príncipe regente até o ano de sua posse: 1808.

Devido a diversas questões pessoais, Frederico se pôs (apesar de a Dinamarca permanecer neutra) contra os ingleses durante as Guerras Napoleônicas, então, os britânicos bombardearam Copenhague em 1807. Isso fez o rei se aliar a Napoleão no mesmo ano.

Após a queda do imperador francês em 1814, Frederico se viu obrigado a ceder a Noruega à Suécia, conforme estipulado no Tratado de Kiel. A guerra deixou o país numa grave crise e o monarca tem dedicado esses últimos anos a pôr em ordem a economia dinamarquesa, fazendo ascender no rei um sentimento de revanchismo contra a Inglaterra.

6.16 Frederico Guilherme III (Rei da Prússia)

Assumiu o trono prussiano em 1797 e governou durante um período muito difícil para o reino: as Guerras Napoleônicas. Mesmo assim ele foi capaz de realizar diversas reformas educacionais na Prússia, como a criação da Universidade de Berlim, da refundação da Universidade de Breslávia e da Universidade de Renana.

Com a derrota na Batalha de Jena-Auerstedt, Frederico foi forçado a temporariamente fugir para Memel. Depois dos Tratados de Tilsit em 1807, a Prússia perdeu quase a metade de seu território, inclusive as terras conseguidas nas Segunda e Terceira Partições da Polônia (que até então pertenciam ao Ducado de Varsóvia) e todas as terras a oeste do rio Elba.

O que restou do reino foi ocupado pelas tropas francesas (com todas as despesas com a sua manutenção sendo pagas pela Prússia) e o rei foi obrigado a fazer uma aliança com a França e aderir ao Bloqueio Continental.

Apesar disso, Napoleão Bonaparte, ao ser derrotado no território russo, deu abertura para a ofensiva da Sexta Coalizão (da qual a Prússia passou também a fazer parte), consagrando-se como vitoriosa sobre as tropas napoleônicas.

Frederico Guilherme foi responsável por importantes expansões territoriais para o Reino no Congresso de Viena e também foi crucial para a vitória na Batalha de Waterloo em 1815, derrotando Napoleão de vez.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de, 1991a. “1492 e o Nascimento da Moderna Diplomacia”, Revista Brasileira de Política Internacional, ano XXXIV, n°s 135-136, pp. 35-55. 27

———, 1991b. “Relações Internacionais do Brasil: introdução metodológica a um estudo global”, Contexto Internacional, vol. 13, n° 2, pp. 161-185.

ATHAYDE, Tristão de, 1934. In Pandiá Calógeras na opinião de seus contemporâneos. São Paulo: Tip. Siqueira, p. 127, citado por PEREIRA DE ARAUJO, 1989a, op. cit., p. xxvi.

BARROS, Alexandre, 1985. “El estudio de las relaciones internacionales en Brasil” in Rubén

M. PERINA (org.), El estudio de las relaciones internacionales en America Latina y el Caribe. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, pp. 49-69.

BUENO, Clodoaldo, 1974. Terceira Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro (1906). Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 07.08.74.

———, 1977. Comportamento da Economia e Política Exterior do Brasil (1905-1907). Tese de Doutorado em Ciências Humanas (História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 31.05.77.

———, 1980. “História das Relações Internacionais: Conceituação e Fontes”, Memória da II Semana da História. Franca: Universidade Estadual Paulista, 24 a 28-XI-1980, pp. 117-127.

———, 1981. “A Imprensa como Fonte para o Estudo do Rearmamento Naval Brasileiro (1904-1907): exemplos argentinos. (Estudo Preliminar)”, Memória da III Semana da História. Franca: Universidade Estadual Paulista, 17 a 21- VIII-1981, pp. 37-45.

———, 1982. “O Rearmamento Brasileiro e a Rivalidade Brasil-Argentina em 1906-1908”, História, nº 1, pp. 21-35.

———, 1983. “Questões e Fontes relativas à História das Relações Internacionais do Brasil”, Memória da V Semana da História. Franca: Universidade Estadual Paulista, 3 a 7 outubro 1983, pp. 75-77.

———, 1984a. A República e sua Política Exterior (1889-1902). Tese de Livre Docência em Formação Econômica, Social e Política do Brasil, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, 11-13.06.84.

———, 1984b. “A Diplomacia da ‘Consolidação’: a Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada (1893/94)”, História, nº 3, pp. 33-52.

———, 1986. “Preocupações da Diplomacia Brasileira no Início da República com respeito a Hegemonias no Cone Sul (1892-1901)”, Política e Estratégia, vol. IV, nº 1, janeiro-março, pp. 104-119.

———, 1986/87. “O Cotidiano no processo de elaboração de decisões em política exterior e o início da República no Brasil”, História, nºs 5/6, pp. 11-17.

———, 1992. “Do Idealismo à Rivalidade Inútil: Brasil-Argentina na primeira fase da República brasileira (1889-1902)”, texto processado, em fase de publicação.

CALOGERAS, J. Pandiá, 1989. A Política Exterior do Império. vol. I: As Origens; vol. II: O Primeiro Reinado; vol. III: Da Regência à Queda de Rosas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Câmara dos Deputados, Companhia Editora Nacional “Brasiliiana”, edição fac-similar; xl + 490 pp., 568 pp. e 620 pp., respectivamente.

———, 1960. A Política Monetária do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, coleção “Brasiliiana” 18 (tradução de Thomaz Newlands Neto do original francês: *La Politique Monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie Nationale, 1910).

28

CARNEIRO LEÃO, Valdemar, 1990. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934) Contornos Diplomáticos. Brasília: IPRI.

CAVALCANTE, Antonio Ricardo F., Eugênio Vargas Garcia, Manuel Araújo Amorim e Regina Luna de Santos Souza, 1991. O Pensamento Brasileiro em Política Internacional (1961-1990). Brasília: Universidade de Brasília, agosto, mimeo.

CERVO, Amado Luiz, 1992a. “A Historiografia Brasileira das Relações Internacionais”, *Revista Interamericana de Bibliografia*, nº 3 (vol. 42, nº 3, pp. 393-409).

———, 1992b. Relações Históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia. Brasília-São Paulo: Editora da UnB-Instituto Italiano di Cultura.

———, 1992c. “Due secoli di politica estera brasiliana”, *Relazione Internazionali*, ano LVI, março, pp. 84-93, com versão em inglês.

———, 1992d. “Memorial”, apresentado ao concurso para Professor titular de História das Relações Internacionais junto ao Departamento de História da Universidade de Brasília.

———, 1992e. “As Relações Internacionais do Brasil”, palestra pronunciada no Instituto Rio Branco, 07.05.92.

———, 1981. O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores, 1826-1889. Brasília: Editora da UnB.

———, 1975. Contato entre civilizações. São Paulo: McGraw-Hill. CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo, 1992. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Atica.

——— e ———, 1986. A Política Externa Brasileira, 1822-1985. São Paulo: Atica.

CHEIBUB, Zairo Borges, 1981. Bibliografia Brasileira de Relações Internacionais e Política Externa, 1930-1980. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981, mimeo.

CRUZ, Manuel Montenegro da, 1987. “Política externa brasileira: três autores em questão”, Contexto Internacional, nº 6, ano 3, julho-dezembro 1987, pp. 125- 137.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos, 1959. História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

FONSECA Jr., Gelson, 1981. Diplomacia e Academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica. Brasília: Instituto Rio Branco, Tese do Curso de Altos Estudos.

———, 1989. “Estudos sobre Política Externa no Brasil: os Tempos Recentes (1950-1980)” in Gelson FONSECA Jr. e Valdemar CARNEIRO LEÃO (orgs.), Temas de Política Externa Brasileira. Brasília-São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão-Editora Atica, pp. 275-283. GOES, Synesio Sampaio, 1991. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Brasília: IPRI.

GOMES SANTOS, Luís Cláudio Villafañe, 1990. A Política do Império Brasileiro para as Repúblicas do Pacífico (Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia) 1822/1889. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de História, tese de mestrado, mimeo.

LOEWENHEIM, Francis L., 1969. “Um Legado de Esperança e um Legado de Dúvida: Reflexões sobre o Papel da História e dos Historiadores na Política Externa Norte-Americana desde o Século XVIII” in LOEWENHEIM, Francis L., org., História e Diplomacia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 13-95.

MACEDO SOARES, José Antonio de, 1992. História e Informação Diplomática: Tópicos de Historiografia, Filosofia da História e Metodologia Histórica de Interesse para a Informação Diplomática. Brasília: IPRI.

MENDONÇA, Renato de, 1945. História da Política Exterior do Brasil, 1500-1825. México: Instituto Pan-Americano de Geografia e História. MOURA, Gerson, 1980. Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

———, 1990. O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do Governo Dutra. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, mimeo.

———, 1991. Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. PEREIRA DE ARAUJO, 1989a. “Introdução” in CALOGERAS, J. Pandiá, 1989. A Política Exterior do Império. vol. I: As Origens, op. cit., pp. v-xxx.

———, 1989b. “A Herança Colonial”, “O Reconhecimento da Independência”, “O Segundo Reinado”, “Os Primeiros Anos da República” e “O Barão do Rio Branco” in João Hermes PEREIRA DE ARAUJO, Marcos AZAMBUJA e Rubens RICUPERO, Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, pp. 3-154.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste, 1964. Introduction à l’Histoire des Relations Internationales. Paris, Librairie Armand Colin.

RICUPERO, Rubens, 1989a. “Introdução” in Sérgio DANESE (org.), Ensaios de História Diplomática do Brasil, 1930-1986. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Cadernos do IPRI nº 2, pp. 9-13.

———, 1989b. “A Diplomacia do Desenvolvimento” in João Hermes PEREIRA DE ARAUJO, Marcos AZAMBUJA e Rubens RICUPERO, Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, pp.193- 209.

———, s.d. [1989]. “Uma reedição tardia mas oportuna”. Genebra, texto do autor.
RODRIGUES, José Honório, 1963. *Aspirações Nacionais: Interpretação HistóricoPolítica*. São Paulo: Editora Fulgor; 4ª ed., revista, 1970, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

———, 1965. “Uma Política Externa Própria e Independente”, *Política Externa Independente*, ano I, nº 1, maio, pp. 15-39.

———, 1966. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

———, 1970. “Capistrano de Abreu e A Alemanha” in *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, pp. 175-190.

———, 1978. *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. 5ª ed., São Paulo-Brasília: Cia. Editora Nacional-INL.

SLOANE, William M., 1895. “History and Democracy”. *The American Historical Review*, vol. I, nº 1, outubro, pp. 1-23. 30 SOARES, Teixeira, 1955. *Diplomacia do Império no Rio da Prata, até 1865*. Rio de Janeiro: Brand Editora.

SOUZA, José Antonio Soares de, 1952. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

VIANNA, Hélio, s.d. [1961?]. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; acoplada à *História da República*, pp. 89-285. 1ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958.

WILSON, Woodrow, 1904. “A Variedade e a Unidade da História” in Howard J.

ROGERS, (org.). *Congress of Arts and Science: Universal Exposition, St. Louis, 1904*, incluído como Apêndice I em LOEWENHEIM, Francis L., org., *História e Diplomacia*, op. cit., pp. 201-220.